

**A VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO: FORMAÇÃO INICIAL E
CONTINUADA NO CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO NAVARRO DE BRITO
EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA**

Rafael Gomes Silva

Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia – UESB -
BRASIL
E-mail: rafaellcorreios@gmail.com

Háila Cunha Amorim

Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia – UESB -
BRASIL
Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à
Docência – PIBID
E-mail: hailaaca@gmail.com

Sidney Lauton Ribeiro

Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia – UESB -
BRASIL
Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à
Docência – PIBID
E-mail: sidneylauton19@gmail.com

Virna Santos Barros

Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia – UESB -
BRASIL
Bolsista do Programa de Iniciação à Pesquisa – PIBIC
E-mail: barrossvirna@gmail.com

Resumo: O presente trabalho surgiu a partir da disciplina Práticas em Projetos Aplicados ao Ensino de Geografia, os estudantes se basearam nos princípios norteadores da educação dispostos em artigos presentes na Constituição Brasileira e posteriormente, na Lei de Diretrizes Bases da Educacional Nacional (LDB). Essa lei tem o intuito de assegurar à educação de forma mais valorosa.

Com embasamento teórico utilizamos escritores da área do ensino, como Cunha (2009), Imberón (2010), Veiga (2005, 2010), dentre outros. Foram realizadas leituras de documentos legislativos que asseguram a educação, mais especificamente a LDB e a Constituição.

Esses autores sinalam a grande importância da educação na construção social dos países, no caso do Brasil, as lutas dos docentes pela valorização do magistério vêm de um período histórico longo, porém, os impasses e dificuldades para essa valorização também não são poucos.

Com a análise de como a valorização do magistério pela formação inicial e formação continuada se efetivava no Centro Integrado de Educação Navarro de Brito (CIENB) em

Vitória da Conquista, se torna necessário a leitura do Projeto Político Pedagógico (PPP) do estabelecimento de ensino, pois nesse estão dispostos os objetivos a serem alcançados com base nos princípios norteadores organizados nas leis educacionais.

Com essa verificação, constou-se a partir de entrevistas com docentes que a escola não tem poder de liberação espontânea dos professores, existe uma dependência do Estado para que isso se cumpra.

Como proposição, foi orientado que as universidades façam parcerias com escolas, para que os educandos sejam motivados e conquistem isso.

Palavras chave: Formação Continuada. Projeto Político Pedagógico. Valorização do magistério.

INTRODUÇÃO

Esse artigo foi desenvolvido na disciplina Práticas em Projetos Aplicados ao Ensino de Geografia pelo V semestre de Licenciatura em Geografia no período letivo de 2018.1 na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). A pesquisa foi realizada no Centro Integrado de Educação Navarro de Brito (CIENB), em Vitória da Conquista, Bahia. Como arcabouço teórico, foi utilizado o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, teóricos da educação como Cunha (2009), Imberón (2010), Veiga (2005, 2010), dentre outros.

Esse relatório teve como intuito analisar a valorização do magistério e como a formação inicial e continuada contribui para o processo ensino-aprendizagem. Para que esse objetivo fosse alcançado utilizou-se o espaço escolar como o campo empírico da pesquisa.

Sendo assim, o contato efetivo com a realidade escolar e com os professores foi de extrema importância na efetivação das análises realizadas referentes ao tema pesquisado.

Ademais, se torna fundamental para evidenciar os direitos referentes às leis para a educação e como essas são realizadas na prática, no cotidiano profissional do magistério.

METODOLOGIA

Para proporcionar um embasamento teórico necessário para a construção deste trabalho, foram utilizados leituras de Cunha (2009), Imberón (2010), Veiga (2005, 2010), dentre vários outros, que forneceram contribuições importantes para o esclarecimento e conhecimentos em relação ao Projeto Político Pedagógico (PPP) escolar. Além disso, foram realizadas discussões em sala de aula sobre o PPP, que contribuíram para o discurso teórico do presente trabalho.

A pesquisa teórica é essencial para a produção de uma pesquisa científica, pois é "dedicada a reconstruir teoria, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos" (DEMO, 2000, p. 20).

No decorrer da pesquisa, também foi realizada uma pesquisa empírica no Centro Integrado de Educação Navarro de Brito (CIENB), em Vitória da Conquista – BA. Foi realizada a entrevista com a Coordenadora Pedagógica sobre a realidade e dinâmica da escola. Foi realizada também uma análise do PPP da escola que está em reformulação.

Com o PPP em mãos o grupo efetuou uma análise em relação à valorização do magistério, um dos princípios norteadores da pesquisa do grupo, também foi averiguado como a geografia está inserida nele.

Para uma melhor compreensão foi observado o ambiente escolar, analisando o perfil da escola e as práticas educativas desenvolvidas nela, para isso foi entrevistado alunos de várias turmas e idades, professores de diferentes áreas, diretores, merendeiros e colaboradores. Deste modo, foi comparado o PPP com a realidade da escola por meio dos dados coletados.

Após a coleta dos dados, foi possível identificar os problemas presentes na escola, desde então foi elaborado pelo grupo propostas e indicações para melhorias da escola em relação à valorização do magistério.

O ASSEGURAMENTO DO ENSINO NAS LEIS EDUCACIONAIS

Na Constituição Federal, em seu artigo 206, seção que trata da educação, como também no artigo 3º da Lei de Diretrizes Bases da Educacional Nacional (LDB) lei N° 9394/96, a valorização da carreira docente com sua formação inicial e a continuada garantida é sinalizada nesses dois tópicos.

No inciso 5º do artigo 3º da Constituição está disposta a “valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas”.

Já no § 1º do artigo 32 da LDB está estabelecido que os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e a União devem colaborar adjuntos para disponibilizarem a formação inicial e continuada para os professores, sendo essa formação também sendo obtida à distância, como está posto no § 2º deste artigo. A necessidade de o profissional da educação ter experiência docente para atuar em outras áreas do magistério é especificada no § 1º do Art. 67. Essas áreas citadas anteriormente são:

[...] funções [...] exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além

do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico. (Art. 67, II).

Essas lutas continuaram ao chegarmos ao século XXI. Como sempre vemos a luta dessa classe buscando valorização na carreira, salarial, social, etc.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E FORMAÇÃO DO PROFESSOR

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) de cada escola é criado com o objetivo desta ganhar autonomia na melhora cada vez mais do seu ensino, sendo construído se baseando nas resoluções da educação, dispostas nas leis do Brasil. Com isso, cada escola cria seu PPP de acordo as demandas e necessidades de sua realidade, como Martins (2007) diz:

Ele não é apenas a “colagem” de projetos desenvolvidos por área ou por professores e nem mesmo um plano elaborado pela direção ou por um grupo para ser seguido por todos. O processo de construção do projeto político pedagógico terá que refletir as crenças, convicções e conhecimentos da comunidade escolar e essa reflexão e discussão contribuirão para a construção da gestão coletiva. (MARTINS, 2007, p.05)

Os princípios norteadores dos PPP's são a igualdade, garantindo o tratamento igualitário dos estudantes como também do corpo docente e demais magistrados das escolas, não distinguindo-os de qualquer forma; a qualidade, sendo essa no âmbito da técnica, formalidade e politicidade; a liberdade, em que todas as pessoas têm liberdade de colocar suas ideias sempre respeitando uns aos outros, como está colocado por Veiga (2004), em que ela fala:

A principal possibilidade de construção do projeto político-pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva. (VEIGA, 2004, p.14)

Dentre esses princípios citados, também têm a gestão escolar, sendo a organização das áreas pedagógica, administrativa, jurídica e financeira e por último, a valorização do magistério que é o foco deste artigo, sendo que essa valorização tem de ser realizada garantindo a formação inicial e a continuada do docente.

DISCUSSÕES TEÓRICAS SOBRE A VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO: FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

Sobre a valorização do magistério, esta é de extrema relevância para o desenvolvimento de um país. No caso do Brasil, essa profissão atinge quantidades expressivas de profissionais aptos (formados) para esta área do trabalho, sua importância é colocada em um periódico da educação, o qual diz que “[...] o futuro do país no marco de uma sociedade do conhecimento dependerá em grande parte de uma efetiva valorização social do segmento que educa o Brasil.” (CUNHA, 2009, p. 147).

As lutas dos profissionais da educação são observadas ao longo da história do Brasil, desde antes da nova Constituição da República (1988), após essa, ou mesmo com a criação de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) com o intuito de organizar a educação se baseando no documento de 1988 supracitado, não extinguiram as lutas docentes pela valorização desta categoria.

A formação docente tem de ser atualizada conforme os novos modos de ensino são instituídos. Apenas a formação inicial para os professores não é o bastante para a realização de sua carreira. Os conhecimentos e métodos de ensino sempre mudam e o professor tem de estar atualizado quanto essas variantes, daí vem a importância de uma formação continuada após a inicial.

No Brasil, nas décadas de 1980, 1990 e nos anos 2000, emergiram diversos programas com o intuito de valorizar a formação docente. Na década de 1970 inicialmente, foi quando se começou realmente à valorização da formação continuada de professores isso em uma escala de América Latina e não só nacional. No período citado derradeiramente, surgem:

Os cursos, seminários, as oficinas que de forma quase clandestina se organizavam sobre sua filosofia educativa ou sobre suas técnicas, os movimentos sindicais, políticos e de renovação pedagógica, alguns pedagogos locais, a influência de algumas revistas pedagógicas a função assumida por determinadas instituições educacionais, etc. (IMBERNÓN, 2010, p.16).

Esses movimentos valorizavam/valorizaram a continuidade da formação de professores. Francisco Imbernón (2010) diz que as escolas e a formação dos professores eram elitizadas neste período. Esses programas e reações advindas da sociedade civil para com a educação foram para o aprimoramento dos conhecimentos adquiridos pelos educadores. Esse foi o impulso para o grande “boom” de programas educacionais para docentes nas próximas décadas até os anos 2000.

Vários são os obstáculos para a efetivação de uma formação inicial para que essa seja perpetuada com o auxílio da formação continuada. Dentre essas dificuldades Imbernón (2010), destaca um ordenamento da formação inicial juntamente com a garantia da continuada pelas instituições; a valorização do quantitativo sobre o qualitativo, ressaltando que a qualidade deve sempre ser levada em ponderação, não apenas os números expressivos deste caráter formativo.

A falta da “descentralização” de movimentos que auxiliam na formação continuada, podemos dar exemplos dessa descentralização o ocorrimto desses eventos apenas em grandes centros urbanos, causando a desqualificação e a não possibilidade de professores de localidades longínquas alcançarem esse aperfeiçoamento.

O imprevisto da formação, com essa sendo feita de um jeito esdruxulo; a falta de relações entre o que é ensinado neste período de aperfeiçoamento de carreira com a realidade que o professor está inserida, porque de nada vale uma formação se ela não auxilia nos melhoramentos verídicos das localidades em que os professores atuam.

As faltas de verbas por governos; os horários inadequados, atrapalhando a vida profissional dos professores; dentre vários outros pontos, a formação sendo buscada apenas pelo aumento salarial e não para o melhoramento da educação.

A formação continuada dos docentes tem de ser trabalhada de um modo que ela possa auxiliar às novas demandas impostas para o século XXI. Não adianta ficar se baseando na formação inicial e continuada do século derradeiro. Esse é um grande desafio para os administradores educacionais.

A valorização individual da localidade em que o professor está inserido tem de ser levada em consideração no processo de formação desses docentes. O Centro Integrado de Educação Navarro de Brito (CIENB), local em que foi realizada esta pesquisa, os professores ministram o seu aperfeiçoamento do melhor modo e mais adequado possível para aquela realidade. Isso é uma circunstância de todo educador em seu local de trabalho.

A questão de uma constante desvalorização do magistério no país está ligada também aos aspectos salariais, Penna e Jacomini (2016) dizem que por exigir um curso em nível superior, comparado a outras formações, está área é desvalorizada.

O Estado é o mais criticado por causa disso, pois esse tem de oferecer as condições necessárias para a efetivação da valorização docente, é dito que “[...] as condições de remuneração e carreira dos professores não correspondem à formação exigida e nem às

responsabilidades sociais implicadas em seu trabalho”. (PENNA & JACOMINI, 2016 p. 183 apud GATTI & BARRETO, 2009, n.p.).

Algumas das consequências desta desvalorização são as altas cargas horárias que professores se apossam para compensar o baixo salário. A alta jornada de trabalho se torna cansativa para esses profissionais, sendo estabelecido no texto que uma das soluções seria uma carga horária com tempo integral em apenas uma escola, garantindo as condições para que esses consigam desenvolver sua formação continuada, garantindo a “[...] configuração de uma carreira [...] que favoreça a necessária valorização política e social da profissão docente.” (PENNA & JACOMINI, 2016 p. 195).

Deve-se tomar cuidado de como os docentes tratam a especialização em sua formação, MINHOTO & PENNA (2011), dizem que o anseio de desenvolvimento de carreira não pode adquirir um caráter muito individualista, pois isso pode criar uma competitividade no corpo docente e atropelar a solidariedade que deve existir para um funcionamento do ambientes escolares pelos professores.

O auxílio ofertado pelos órgãos governamentais deve ser efetivado, porém, sendo elaborado em harmonia pelos professores havendo uma coletividade no surgimento dessas condições de melhoramento profissional.

Alguns dos meios para o progresso desses objetivos de melhoramento do saber docente, tornando também esta carreira atraente para futuros discentes são, segundo MINHOTO & PENNA (2011):

[...] estimular o aperfeiçoamento individual [porém, lembrando-se sempre do coletivo para esse acréscimo de carreira]; o aperfeiçoamento para áreas onde as deficiências forem notórias; melhorar a gestão escolar tendo em vista o foco no resultado escolar; e melhorar a aprendizagem, em decorrência de professores preparados e gestão eficiente.” (MINHOTO & PENNA, 2011, p. 154).

A tecnicidade do ensino é um dos pontos da desvalorização do cuidado dos governos sobre os docentes. Realizando-se uma análise em outros países, foi constatado que em países do Oeste Africano, especificamente o Togo, o governo adotou políticas de redução do salário de professores novos.

Essa desvalorização também é feita pela contratação temporária desses profissionais, causando uma negatividade na impressão dos estudantes que serão docentes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente projeto teve como fonte principal o foco da valorização do magistério e compreender as dificuldades encontradas pelos docentes que passam ou passaram por esse processo de valorização.

Paralelo a este processo é importante assimilar os confrontos e discussões que englobam esse desenvolvimento docente; a dificuldade do professor obter uma licença perante o estado para se especializar, a instituição que fica prejudicada até a vaga ser devidamente preenchida, os alunos que ficam sem aulas em função da lentidão do Estado em resolver essas questões na educação.

A docência é uma ação nobre, e deve ser valorizada como tal, é principalmente lembrada por as pessoas que vivenciam essa experiência como algo marcante, que contribui com a formação do cidadão. Ser professor não é algo fácil, se baseia num desafio contínuo em meio às dificuldades e mudanças propícias em meio à sociedade.

A valorização da formação inicial e continuada dos professores do ensino básico, está garantida na Constituição Federal, Art. 206 e na LDB Art. 3º, lei 9394/96. Entretanto, os professores no CIENB relataram que a escola não possui autoridade para liberá-los para uma nova especialização, pois essa depende do Estado que não abre precedentes para isso, o que leva o profissional a entrar com ações jurídicas a fim de garantir os seus direitos. Quando a causa não é ganha, a única alternativa que lhes resta é conciliar o trabalho a sua formação, comprometendo o processo de ensino/aprendizagem de ambos.

A instituição escolar também fica prejudicada, já que não possui autonomia perante o Estado para uma resolução das consequentes vagas resultantes das saídas dos professores para uma continuação da sua formação. Essa demora de uma resposta contundente do Estado acaba acarretando uma série de fatores prejudiciais para a instituição de ensino, e consequentemente os alunos que acabam sendo os principais prejudicados.

Outro fator prejudicial é que nesse processo de resolução de substituição do docente que parte para uma eventual continuação do magistério, nesse período em que não se encontra um profissional capacitado para dar o seguimento nas atividades, muitas vezes os alunos acabam ficando sem aulas, ou a escola acaba preenchendo a vaga com professores que não são aptos a formação da disciplina em questão, e seguindo essa perspectiva os principais prejudicados são os próprios alunos.

Os professores precisam ser incentivados a continuar a sua formação para uma maior capacitação e consequentemente está mais apto no desenvolvimento do trabalho docente. Um

professor melhor capacitado desenvolve criatividade e conhecimento mais elaborados, e ao mesmo tempo estando consciente de como planejar uma aula de acordo o ensino e aprendizagem devidos ao contexto social em que ele e seus alunos se encontram, para que dessa forma, consiga extrair com maior potencial o desenvolvimento dos seus alunos e obter êxito no processo de ensino aprendizagem.

A docência se torna algo impactante, pois transforma a informação em conhecimento e consequentemente o conhecimento ensinado em aprendizagem.

A necessidade da formação continuada, pois por melhor que seja a formação inicial, jamais será capaz de prever a realidade com a qual o futuro professor irá deparar-se, afinal o contexto escolar é extremamente complexo. Assim, apenas a graduação não será suficiente para que o professor possa exercer sua profissão, sendo fundamental a formação continuada, mas não qualquer tipo de formação. (MARTINS, 2007, p. 07).

Durante a pesquisa foi mencionado pelos professores, que há o incentivo por parte da escola, para que os mesmos possam participar de minicursos adicionais como comunicação, palestras, e seminários.

Além disso, a escola possui uma quantidade significativa de profissionais que possuem uma formação continuada. Isso é de extrema relevância, pois o índice de desempenho do processo de ensino/aprendizagem de um determinado colégio está intrínseco a qualidade do profissional.

A escola também não possui um núcleo de acompanhamento psicológico, o que é importante tanto para os alunos quanto para os professores. Os professores trabalham sob pressão, com uma jornada de trabalho excessiva, o que caracteriza situações que podem refletir no desempenho do profissional, além de poder acarretar uma série de transtornos psicológicos.

Ao questionar os alunos, nota-se a falta de conhecimento acerca da formação dos seus professores, que algumas vezes voltam com uma linguagem mais científica e gera certa incompreensão.

Segundo o corpo docente, a especialização auxilia no processo de ensino-aprendizagem, especificamente no que concerne a novas didáticas e metodologias, atreladas ao aumento do grau de embasamento teórico. Contudo, se vem diante disso um certo desinteresse dos discentes e problemas referentes aos recursos disponibilizados pela escola.

Seguindo essa perspectiva, a valorização do professor é uma pauta que deve ser mais bem analisada perante o Estado e assim, ter respostas imediatas já que inegável que a docência é uma profissão indispensável para a formação do ser humano.

Seguindo essa logística, é necessário aprimorar melhores condições de trabalho, salário e uma vida mais digna, dessa nobre profissão, que o conforte a exercer seu trabalho com total aptidão e exercer suas leituras permitindo uma excelente preparação para essa ação, e ao mesmo se atualizar e permanecer sempre preparado conforme as mudanças globais.

A melhoria e valorização do magistério desencadearia uma série de benefícios para a melhoria da qualidade da educação, também da instituição de ensino e beneficiaria a sociabilidade de forma ampla.

CONSIDERAÇÕES E PROPOSIÇÕES

As visitas ao CIENB nos proporcionaram um pouco da vivência do cotidiano escolar, e, a ter maior compreensão acerca da estrutura física e o funcionamento da escola nos âmbitos burocráticos.

Nas observações e entrevistas que se seguiram, pudemos perceber as dificuldades que os professores perpassam ao tentar uma formação continuada, e que esta, ao ser efetivada, acarreta uma série de melhorias no processo ensino-aprendizagem.

No tocante a estrutura da escola, notamos que essa interfere diretamente na formação do profissional, visto que muitas vezes o professor tem a necessidade de utilizar o espaço para estudar ou preparar algum material para aplicar em sala, e que na ausência de salas disponíveis o mesmo se vê obrigado a utilizar do espaço de sua casa.

Outra questão importante que poderia auxiliar na formação do profissional, seria a parceria entre escolas e universidades, pois os professores ao participarem de projetos como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID) seriam motivados a se tornarem pesquisadores contínuos.

Por fim, a prefeitura poderia realizar uma parceria com a escola, para que fosse possível controlar a entrada e saída dos profissionais, assim facilitando o acesso a todos na realização de cursos que estejam voltados para suas respectivas formações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília; 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes Bases da Educacional Nacional**. Brasília; 1996.

DEMO; Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

IMBERÓN; Francisco. **Formação continuada de professores**. Tradução Juliana dos Santos Padilha. Porto Alegre; Artmed, 2010.

MARTINS; E. B. A.. **Projeto político-pedagógico e formação do professor**. Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery, v. 01, p. 01-09, 2007.

MINHOTO; M. A. P. PENNA; M. G. O. **Valorização do Magistério ou Darwinismo Profissional?** In: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro; [s. n.], 2011.

PENNA; M. G. O. JACOMINI; M. A. **Carreira docente e valorização do magistério: condições de trabalho e desenvolvimento profissional**. São Paulo, Unifesp, 2016.

VEIGA; Ilma. **Projeto político-pedagógico da escola de ensino médio e suas articulações com as ações da secretaria de educação**. Belo Horizonte, 2010.

VEIGA; Ilma. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. 14ª edição Papyrus, 2002